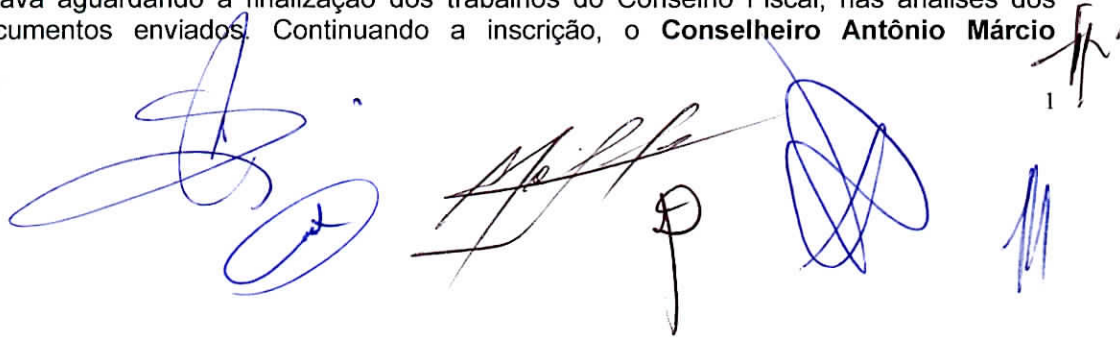


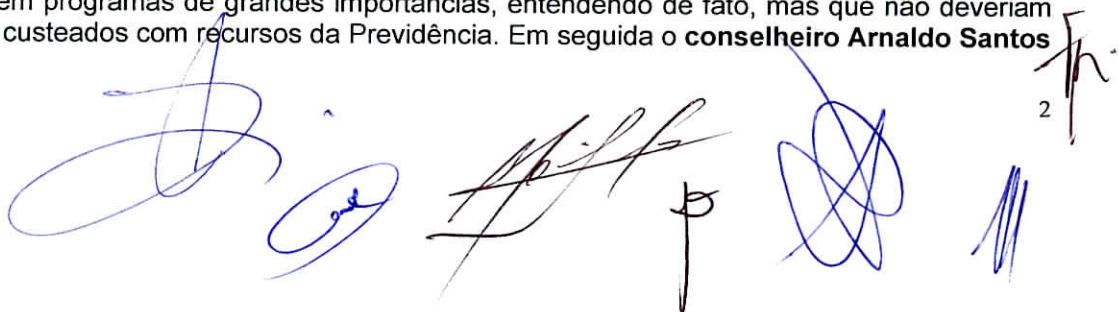
1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.**

3
4 Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove da era cristã, às
5 dezesseis horas, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a
6 Rua Binga Uchôa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela terceira vez
7 extraordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho
8 Estadual de Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente Artur
9 de Jesus de Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais
10 presentes, dando prosseguimento. **PAUTA – ITEM 01** – O Senhor Presidente pediu para
11 o secretário fazer a **LEITURA DO EDITAL** número, zero dez, de dois mil e nove, o qual
12 convoca os Conselheiros para se fazerem presentes na terceira reunião extraordinária
13 do ano de dois mil e nove, Biênio dois mil e nove e dois mil e dez. **PAUTA – ITEM 02** - O
14 Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão, fez a **VERIFICAÇÃO DO**
15 **QUORUM**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na seguinte ordem,
16 **Arnaldo Santos Filho**, presente, **Wellington de Carvalho Campos**, ausente,
17 representado pelo suplente Eliberto Nery Farias, presente, **Haroldo Vítor de Azevedo**
18 **Santos**, ausente, **Dalto da Costa Martins**, ausente, **Damilton Barbosa Salomão**,
19 presente, **Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**, ausente, representada pelo
20 suplente Marcelo Moreira dos Santos, presente, **Luiz Eduardo Nunes**, presente,
21 **Micherlon Mendonça dos Santos**, presente, **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**,
22 presente, **Moisés Tavares de Araújo**, presente, **Marlúcio de Almeida Souza**, presente,
23 **Antônio Márcio de Souza Pelaes**, presente, **Rosival Nazareno Fortunato Monteiro**,
24 presente e **Fernando Cezar Pereira da Silva**, presente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA**
25 **DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá.
26 Continuando a **PAUTA – ITEM 04 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA**
27 **ORÇAMENTÁRIA 2010.** O Senhor Artur, antes de entrar na pauta, falou que em
28 janeiro deste ano, quando foi apresentada a proposta orçamentária 2009, os
29 Conselheiros se manifestaram dizendo que não havia mais nada para se aprovar e que o
30 orçamento já estava aprovado e que não foi discutido no Conselho, o **Senhor**
31 **Presidente ressaltou** que se comprometeu dizendo que no orçamento para 2010, antes
32 que fosse à SEPLAN, ele seria debatido e votado pelo Conselho Estadual de
33 Previdência. Continuando o **Senhor Artur iniciou** apresentação da Proposta
34 orçamentária e disse que ela, se encontra em construção e que foi elaborada de acordo
35 com o levantamento e necessidade de previsões, principalmente de Receita e que está
36 aberto às sugestões. Abrindo a inscrição, o **Conselheiro Monteiro colocou** que a
37 proposta já estava comprometida em função da não apresentação de um documento das
38 despesas, para que eles pudessem comparar pelo mesmo com o orçamento de 2009 e
39 ver o que já foi gasto, assim para saber o que vai ser feito em dois mil e dez, se está
40 compatível e que sem essas informações já está prejudicado, o Conselheiro colocou,
41 após o seu posicionamento, que eles poderiam analisar as ações e concluindo a sua fala
42 cobrou a prestação das contas dos anos anteriores. Em seguida, o **Conselheiro**
43 **Fernando Cezar falou** que comunga com as colocações do Senhor Monteiro e gostaria
44 que antes que entrasse no mérito do assunto, referindo-se a pauta da convocação, que
45 diz **apreciação e votação da proposta orçamentária**, e por terem ainda tempo para
46 discutir, que houvesse uma mudança na pauta, em invés de “... **apreciação e**
47 **votação...**”, que se limitasse à **apreciação**, ou seja, que na realidade fosse apresentado
48 o orçamento. Prosseguindo, o **Senhor Presidente colocou** que tinha uma proposta, que
49 eles iniciassem a sessão e até as dezoito horas, eles suspenderiam e continuariam na
50 segunda-feira, ou em uma data próxima, assim já trariam alguns esclarecimentos e
51 documentos necessários. Continuando o **Senhor Artur**, respondendo o questionamento
52 do conselheiro Monteiro, **falou** com relação a prestação de contas dos anos de dois mil e
53 sete e dois mil e oito, dizendo que não teria como apresentar, em virtude de que ele
54 estava aguardando a finalização dos trabalhos do Conselho Fiscal, nas análises dos
55 documentos enviados. Continuando a inscrição, o **Conselheiro Antônio Márcio**



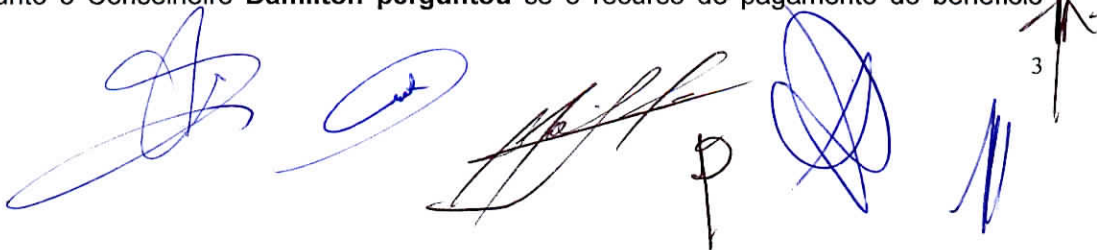
1

56 **colocou** que nos últimos anos, ele tem acompanhado que o orçamento da Instituição
57 tem sido trazido para o Conselho, posteriormente aprovação pela Assembléia Legislativa
58 e ele acha que durante esses cinco anos, é a primeira vez que se está trazendo, antes
59 de encaminhar à SEPLAN, dando continuidade o Conselheiro falou que tem que ser
60 dado um voto de confiança para o Presidente, para que o orçamento seja aprovado pelo
61 Conselho e disse ainda que os gestores anteriores, sempre pecaram nesse aspecto e
62 que eles têm que atender o prazo determinado pela SEPLAN. Continuando o **Senhor**
63 **Artur informou** que eles têm até o dia primeiro de setembro para alimentar o sistema da
64 SEPLAN com o orçamento da AMPREV. O **Conselheiro Fernando Cezar falou** que a
65 sua colocação não é que seja suspensa a reunião, mas que eles adentrem e discutem o
66 assunto, avançando no que for preciso, em virtude do tempo e a sua colocação é que, a
67 votação não se dê hoje, no sentido de aprovar ou não o orçamento, o Conselheiro falou
68 ainda que iniciar a discussão é salutar, mas que informações necessárias podem ser
69 precisas para se melhor discutir o assunto e é uma atribuição que compete o Conselho,
70 no artigo oitavo, inciso sexto. O Conselheiro **Fernando Cezar ratificou** a sua posição,
71 dizendo que eles poderiam iniciar e apreciar a proposta, mas que a votação ficaria para
72 outra reunião. Em seguida, o **Senhor Presidente colocou** referindo-se ao Conselheiro
73 Fernando, que eles poderiam iniciar e depois suspender a sessão, que continuaria em
74 outro dia, já com os devidos acertos e a ser apenas votado. O **Conselheiro Fernando**
75 **Cezar colocou** que por uma questão de cautela, no momento que você suspende a
76 reunião, os mesmo membros não poderão estar no dia que irá continuar a sessão.
77 Prosseguindo e após várias colocações, o **Senhor Artur colocou em votação as duas**
78 **propostas, a primeira**, do Conselheiro Fernando Cezar, **de que hoje faça apenas**
79 **apreciação e não votação, encerrando hoje e convoque outra reunião**
80 **extraordinária para se fazer a votação e a segunda**, colocada pelo Presidente, **que**
81 **inicie e após apreciação, suspenda esta reunião, para que continue em outro dia,**
82 **finalizando com a votação.** ASSIM COLOCADAS AS PROPOSTAS EM VOTAÇÃO, O
83 COLEGIADO APROVOU Á UNANIMIDADE A PROPOSTA DO CONSELHEIRO
84 FERNANDO CEZAR. Continuando, prosseguiu-se com apresentação do plano de ação
85 da proposta orçamentária do ano dois mil e dez, feito algumas correções e acertos na
86 introdução, passaram para o item, **Programa Previdenciário para o ano 2010.** O
87 **Senhor Presidente fez apresentação** das ações passando a palavra para o plenário.
88 Em seguida o **Conselheiro Monteiro** teceu comentários, sobre a primeira e segunda
89 ação, que é implementar programa idade ativa e programa de preparação para
90 aposentadoria, dizendo que é muito interessante, mas que faltaram alguns dados e se
91 ele não está enganado, a Instituição tem em torno de quinhentos servidores, entre
92 aposentados e pensionistas e não está especificado a quem e quais serão atendidos, ou
93 seja, faltou explicitar e detalhar esta ação, falou ainda que não está quantificado quantas
94 pessoas irão se aposentar. Continuando o Conselheiro **Marcelo Moreira falou** que
95 gostaria de fazer um comentário sobre os programas citados pelo Conselheiro Monteiro,
96 numa perspectiva, no entanto um pouco distinta, dizendo que discordava das suas
97 implementações, tanto do programa, **“implementar idade ativa”**, quanto do **“**
98 **implementar programa de preparação para aposentadoria”**, ou seja, ele acha que
99 esses programas não devem ser implantados com recursos de previdência, comentou
100 ainda que o próprio desenho do primeiro programa, **implementar idade ativa**, se refere
101 a um aspecto posterior aposentadoria e ressaltou que existem várias políticas públicas
102 que prevê isso, como uma política de inclusão e mobilização social, por exemplo
103 secretárias que isso não só para pessoas carentes, mas também para aposentados
104 idosos e aposentados e não ver porque, o regime de previdência tem que custear esses
105 programas. O Conselheiro falou também da ação que trata da **preparação para**
106 **aposentadoria, dizendo que** o estatuto do idoso que prevê isso, ou seja, um ano antes
107 da aposentadoria, o órgão empregado tem que tomar esses cuidados de preparar o seu
108 funcionário para aposentadoria, então a única crítica que ele fez foi que, apesar de
109 serem programas de grandes importâncias, entendendo de fato, mas que não deveriam
110 ser custeados com recursos da Previdência. Em seguida o **conselheiro Arnaldo Santos**



2

111 disse que tinha uma dúvida sobre a terceira ação, "**implementar programa de**
112 **preparação para aposentadoria**", se entraria abono de permanência e se ficaria a
113 cargo da AMPREV, ou da própria SEAD, em função daquilo que o Conselheiro Marcelo
114 colocou, falou ainda que o abono permanência é um dispositivo que poucos têm
115 conhecimento, ou seja, os servidores não sabem que podem se utilizar dele e já que se
116 está se falando em implementação de preparação para aposentadoria, cabe uma
117 explicação. **O Senhor Artur falou que**, pela colocação do Dr. Marcelo, as duas ações
118 deveriam ficar fora da competência da AMPREV, ou seja, ele sugere a exclusão das
119 duas ações. **O Conselheiro Monteiro falou** que eles deveriam manter esses
120 programas, que poderiam ser custeados com recursos das Instituições parceiras e a
121 AMPREV, entraria com uma parte, essa seria a sua proposta. Prosseguindo o
122 **Conselheiro Márcio**, concordando com a proposta do Conselheiro Monteiro, **colocou**
123 que eles deveriam amadurecer essa idéia de aposentados e pensionistas e já deixar
124 esse programa com valores não expressivos, ou seja, deixar aberto, que por ventura a
125 AMPREV consiga fazer parceira com uma Instituição dessas, já está aberto o programa
126 e eles não teriam dificuldades de colocar em prática de programa. Em seguida o
127 **Conselheiro Luiz Eduardo falou que fica** preocupado quando se fala de projetos,
128 quanto a sua implantação pela AMPREV, visto que eles já tiveram experiência, e se
129 passou anos discutidos a legalidade e isso trouxe um atraso para a Instituição, ele acha
130 que isso é importante, mas que se deve ver todos pontos, principalmente a questão da
131 legalidade. **O Conselheiro Micherlon colocou** que já teve um estudo técnico por
132 funcionários da AMPREV, quanto a questão da legalidade, e ele é sabedor de que não
133 pode ser custeado pela AMPREV. Continuando, após algumas colocações a respeito
134 do assunto. **O Conselheiro Marcelo Moreira retornou** a tônica da discussão, afirmando
135 que é um programa muito interessante, como prevenir, trabalhar o aposentado nesses
136 aspectos, mas puxando a legalidade, falou que a Constituição Federal dividiu esse
137 modelo de seguridade em três itens, saúde, assistência e previdência, e disse que nós
138 somos um Conselho de Previdência, e que o desenho do programa em questão, cabe
139 mais e é previsto em termo de assistência e a assistência, tem uma política nacional
140 chamado de Sistema Único de Assistência Social – SUAS, então, essas políticas, após
141 aposentadoria, elas estão dentro do SUAS, e no seu entender não cabe a AMPREV no
142 seu orçamento vinculado às questões previdenciárias, custear ou financiar essas
143 situações, até porque a própria lei que cria esse nosso sistema próprio, estabelece um
144 objetivo que é proporcional aos segurados e finalizando disse que essas ações não
145 deveriam constar no orçamento, mas que elas não poderiam ser descartadas em outro
146 aspecto. Continuando, após algumas colocações a respeito do assunto, o **Senhor**
147 **Presidente colocou** que conforme consenso do Conselho, eles retirariam as ações dois
148 e três e as restantes permaneceriam. Passando para o **programa administrativo**, o
149 Senhor Presidente colocou que são as rotinas da administração. Abrindo a inscrição, o
150 **Conselheiro Marcelo perguntou** a que se referem os softwares e que tipo serão
151 adquiridos. **O Senhor Presidente explicou** que a implementação de software, são todos
152 aqueles que a Instituição ainda não tem e irá adquirir conforme a necessidade da
153 AMPREV. **O Conselheiro Monteiro colocou** que não ficou bem claro o programa
154 administrativo e ressaltou o programa previdenciário, disse ainda que faltou mais
155 detalhamento no administrativo. **O Senhor Artur explicou** dizendo que as ações da área
156 administrativa são rotinas, são coisas que se repetem todo ano e que é difícil você mudar
157 as ações administrativas de um ano para o outro. Dando continuidade passou-se para o
158 **demonstrativo das receitas previdenciárias**, sendo que a previsão para as receitas
159 correntes totalizaram **cento e noventa e seis milhões e oitocentos e quatro mil e**
160 **setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos**. Em seguida feitas algumas
161 colocações e atendidas pelo Senhor Presidente, antes de fechar este ponto o
162 Conselheiro **Márcio fez uma colocação** perguntando sobre a questão da administração
163 dos ex-guardas territoriais, se está mensurado o valor que vai ingressar no Governo do
164 Estado. **O Senhor Artur disse** está e que mais a frente irá explicar, aproveitando este
165 assunto o Conselheiro **Damilton perguntou** se o recurso de pagamento do benefício



3

166 dos guardas, entram nas contas da AMPREV. **O Senhor Artur disse** que não e que tem
167 uma conta especifica deles e que todas as despesas são suportadas pelo Governo do
168 Estado. Passando para outro ponto apresentado temos as **despesas previdenciárias**,
169 sendo que o valor previsto é **quatorze milhões e setecentos e oitenta mil reais**,
170 englobando, aposentadorias e reformas, pensões, outros benefícios previdenciários,
171 auxílio doença, salário maternidade, sentenças judiciais, despesas do exercício anterior
172 e abono anual de décimo terceiro salário. Assim supridos os questionamentos e
173 adequações, o Senhor Presidente passou para as **despesas administrativas**, com o
174 valor inicial previsto de **nove milhões e cento e cinquenta e três mil reais**,
175 subdivididos em Vencimentos e Salários, Salários (despesa de acordo com legislação
176 pertinente), Gratificação por exercício de cargo, Décimo terceiro salário, Férias-abono
177 pecuniário, obrigações patronais, FGTS, Contribuições previdenciárias, Outras
178 obrigações patronais (ISS, pessoa física), Sentenças judiciais, Diárias - Pessoal civil,
179 Material de consumo, Passagens e despesas de locomoção, Serviços de Consultoria,
180 Outros serviços de terceiros - pessoa física (Jetons a Conselheiros, Outros serviços),
181 Locação de mão-de-obra, Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, **Manutenção de**
182 **software** (contrato com a empresa *Agenda* e legalização de licenças), **neste último**
183 **ponto foram alterados os valores da rubrica de locação de máquinas e**
184 **equipamentos** ficando à ser apresentado na próxima reunião extraordinária e os demais
185 permanecendo inalterados. Continuando temos, Manutenção e conservação de
186 máquinas e equipamentos (readequação da rede elétrica dos prédios da AMPREV).
187 Prosseguindo na rubrica **serviço médico - hospitalar odontológico e laboratoriais**, **o**
188 **Senhor Presidente** falou que o valor informado de novecentos mil reais, é apenas de
189 uma estimativa e que não houve tempo para apresentar na proposta o detalhamento
190 com essa despesa referindo-se ao plano saúde. **A Senhora Nauyla**, Gerente
191 Administrativa, **falou** que ainda não tem estudo real do custo, mas que ela têm algumas
192 informações, por exemplo, se o plano for apenas para o servidor o custo mensal seria de
193 vinte mil e quatrocentos e nove reais, sendo que em doze meses dariam, duzentos e
194 quarenta e quatro mil e novecentos e oito reais, já incluindo os dependentes, ficariam
195 sessenta e um mil e duzentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos, mensalmente,
196 ficando o valor anual de setecentos e quarenta mil reais. **E após alguns**
197 **posicionamentos e como a questão da definição dos dependentes legais** dos
198 servidores da AMPREV, não era matéria da pauta apreciada, **o Senhor Presidente**
199 **colocou** que este assunto seria objeto de apreciação da próxima reunião ordinária.
200 Finalizando, **o Senhor Presidente fez a leitura** dos valores das rubricas restantes e
201 disse que as alterações e correções deliberadas pelo colegiado, bem como o
202 detalhamento das despesas serão providenciados no decorrer da semana. Em seguida
203 perguntou para os Conselheiros, qual seria dia da semana, para a realização da próxima
204 reunião e chegando ao consenso decidiu-se que a **quarta reunião extraordinária do**
205 **ano de dois mil e nove será realizada no dia vinte e sete de agosto do ano de dois**
206 **mil e nove, às dezesseis horas no auditório da Amapá Previdência.**
207 Por fim, **O Presidente agradeceu** a presença de todos e falou para os Conselheiros
208 aguardarem a convocação da próxima reunião e Senhor Presidente deu por encerrada a
209 Sétima Reunião Ordinária, cuja presente Ata foi lavrada por mim Jonilson Vilhena
210 Martins, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os membros
211 presentes. Macapá, 21 de agosto de 2009.

212
213 Artur de Jesus Barbosa Sotão: _____

214 **Presidente do Conselho**

215
216 Arnaldo Santos Filho: _____

217 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**

218 Benedito Paulo de Souza: _____

219 **Membro suplente, representante do Poder Executivo.**

220



221 Wellington de Carvalho Campos: _____
222 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**
223 Eliberto Nery Farias: _____
224 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
225
226
227 Haroldo Vitor de Azevedo Santos: _____
228 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**
229 Maria Conceição Laurinho dos Santos: _____
230 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
231
232 Marcus Vinícius Gouvêa Quintas: _____
233 **Membro titular, representante do Tribunal de Justiça**
234 Gilberto de Paula Pinheiro: _____
235 Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.
236
237 Dalto da Costa Martins: _____
238 **Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.**
239 Manoel Brasil de Paula Filho: _____
240 Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.
241
242 Damilton Barbosa Salomão: _____
243 **Membro titular, representante do Tribunal de Contas.**
244 Rozane de Almeida Chaves: _____
245 Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.
246
247 Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: _____
248 **Membro Titular, representante do Ministério Público.**
249 Marcelo Moreira dos Santos: _____
250 Membro suplente, representante do Ministério Público.
251
252 Luiz Eduardo Nunes: _____
253 **Membro titular, representante dos Militares ativos.**
254 Ademar Rodrigues dos Anjos: _____
255 Membro suplente, representante dos Militares ativos.
256
257
258 Micherlon Mendonça dos Santos: _____
259 **Membro titular, representante dos Militares Inativos.**
260 Ana Maria Correa Beleza: _____
261 Membro suplente, representante dos Militares Inativos.
262
263 Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____
264 **Membro titular, representante dos servidores Cívis Ativos.**
265 Cleydson Sousa do Nascimento: _____
266 Membro suplente, representante dos servidores Cívis Ativos.
267
268 Moisés Tavares de Araújo: _____
269 **Membro titular, representante dos servidores Cívis Inativos.**
270 Edson França: _____
271 Membro suplente, representante dos servidores Cívis Inativos.
272
273
274
275 Marlúcio de Almeida Souza: _____





276 **Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.**
277 Cezar Souza de Melo: _____
278 Membro suplente, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.
279 _____
280 Antônio Márcio de Souza Pelaes: _____
281 **Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**
282 Alvino Boucinha da Fonseca: _____
283 Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.
284 _____
285 Rosival Nazareno Fortunato Monteiro: _____
286 **Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.**
287 Juliano Andrade de Araújo: _____
288 Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.
289 _____
290 Fernando Cezar Pereira da Silva: _____
291 **Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.**
292 Idelmir Torres da Silva: _____
293 Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.
294 _____
295 Jonilson Vilhena Martins: _____
296 Secretário do CEP